



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13406 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

A AÇÃO SISTÊMICA DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA EDUCAÇÃO FLUMINENSE

Flavia Goncalves da Silva - UFF - Universidade Federal Fluminense

A AÇÃO SISTÊMICA DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA EDUCAÇÃO FLUMINENSE

Resumo: A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) vem sistematicamente incorporando associações civis “sem fins lucrativos” ligadas ao empresariado, que aqui denominamos como aparelhos privados de hegemonia (APHs) na condução do Ensino Médio, e, mais especificamente, ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIIEP). O presente estudo pretende evidenciar a ação dessas associações na condução da educação básica com vistas a instituir uma formação fragmentada e “interessada” que atenda aos interesses mercantis da burguesia. O materialismo histórico nos auxilia na busca pelo entendimento da ação desses APHs dentro de uma totalidade social. As ferramentas metodológicas são as análises dos acordos /termos de cooperação técnica entre a SEEDUC/RJ e as associações empresariais e a revisão bibliográfica. Identificamos, pós análises realizadas, que esses APHs atuam diretamente na condução das políticas educacionais de forma sistêmica atendendo aos interesses classistas, e de forma mais ampla, inferindo nos rumos educacionais do país.

Palavras-chave: Ensino médio, Educação pública, Aparelhos privados de hegemonia.

Introdução

A rede SEEDUC/RJ vem desenvolvendo a educação básica em “parceria” com associações da sociedade civil ligadas ao empresariado desde a primeira década do século XXI, fato que nos intriga e indigna como pesquisadores da relação Trabalho-Educação. Quais são os interesses desses grupos empresariais?

Entendemos que, em uma sociedade cindida em classes, os interesses são antagônicos e, portanto, torna-se essencial discuti-los. Marx; Engels (2019, p. 43) nos recordam no célebre texto de *O Manifesto do Partido Comunista* que “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. ” Além de revolucionária, necessita se manter como classe dominante e para isso, utiliza de diversas estratégias.

O conceito de aparelhos privados de hegemonia em Gramsci (2017) está ligado a outros, como o de Estado e Ideologia e está presente em diversos escritos “A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico”. (GRAMSCI, p. 320, 2017)

O presente estudo pretende evidenciar a ação dessas associações (APHs) na condução da educação básica com vistas a instituir uma formação fragmentada e “interessada” que atenda aos interesses mercantis da burguesia.

Metodologia

O método materialista histórico em Marx e Engels (2014) nos conduz pelos caminhos da pesquisa e as ferramentas metodológicas utilizadas foram: a análise documental e revisão bibliográfica. Nos dedicamos ao estudo de três “parcerias”, as pioneiras, trazendo à discussão alguns elementos estruturantes.

Análise e discussão de resultados

A primeira “parceria” data de 2007/2008 e foi com o Instituto Telemar (Oi Futuro) para a implantação de uma escola de EMIIEP na zona norte do Rio de Janeiro com foco no uso de tecnologias de informação e comunicação. Nos referimos ao Colégio José Lopes Leite, que desenvolve o projeto do Núcleo Avançado em Educação (NAVE). No ofício de intenção e formalização da “parceria” que consta do processo de n. 03/7187/2007, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) declara a sua intenção:

As propostas de reforma curricular para o Ensino Médio devem olhar para esta questão, a fim de promover mudanças que incluam os conhecimentos imprescindíveis às cadeias produtivas que irão predominar no século XXI. Principalmente, porque as pesquisas indicam que inúmeras profissões, hoje reconhecidas pelo mercado de trabalho, serão substituídas, por outras ainda inexistentes. Ou seja, o domínio da cultura digital será uma ferramenta essencial para que o jovem possa trafegar por esta nova sociedade. (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 3)

É inegável que o conhecimento digital é importante na formação dos jovens, mas o que é possível perceber, para além da superfície, é o interesse demarcado de preparar o jovem para o mercado de trabalho, o que se opõe ao princípio da politecnicidade, conceito em Marx (2017), que remete à capacidade de unir ciência e produção e promover o entendimento de todo o processo produtivo.

A segunda “parceria” foi instituída com o Instituto Pão de Açúcar de Desenvolvimento Humano (GPA). As tratativas para instituir essa escola de EMIIEP datam de 2008 e a escola foi inaugurada em 2009 na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A princípio era uma “parceria” entre a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA), a SEEDUC/RJ e a Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL). O projeto é o Núcleo Avançado de Educação Profissionalizante em Tecnologia de Alimentos e Gestão do Cooperativismo (NATA) desenvolvido no Colégio Estadual Comendador Valentim dos Santos Diniz. No processo E-03/013873/2008, no termo de cooperação técnica estabelecido entre os convenientes, consta que a SEAPPA buscava um parceiro privado que ofertasse aporte financeiro e material ao projeto.

No texto do Projeto de Melhoria da Competitividade da Agroindústria Leiteira Fluminense, que compõe o processo, encontramos um emaranhado de trechos com termos como: dialética e integração. Mas, que, misturados a outros, como mercado de trabalho e mão de obra qualificada, não conseguem disfarçar a intenção principal do projeto.

...o fato é que, sob uma perspectiva dialética, educação e trabalho estão estreitamente relacionados quando se trata de, formar cidadãos ao, mesmo tempo, críticos e competentes para desempenharem diversas tarefas junto ao mercado de trabalho mundial. (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 65)

...visando ali estabelecer um centro de referência para capacitar e formar mão-de-obra qualificada para trabalhar em supermercados, indústrias de alimentos e no campo. (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 65)

A terceira “parceria” trata da implantação de uma escola de EMIIEP na zona oeste do Rio de Janeiro entre a SEEDUC/RJ, o Instituto EMBRATEL, que atualmente é o Instituto Claro, com interveniência da Embratel S.A e a Fundação Xuxa Meneghel. Falamos do Colégio Estadual Hebe Camargo e a habilitação proposta é em Telecomunicações.

No processo de n. E-03/001/10330/2013 consta a justificativa para a implantação desse modelo de escola. O documento cita uma suposta pesquisa feita pela SEEDUC/RJ, porém não encontrada no processo.

Em pesquisa realizada pela SEEDUC foi verificado que os jovens estão cada vez mais permanecendo na escola exclusivamente e demandando preparação para o mundo do trabalho. Por outro lado, a economia atual passou a exigir dos trabalhadores novas habilidades profissionais e os jovens sentem a falta de formação profissional dentro do ambiente escolar, tornando-se habilitados para inserção no mercado de trabalho imediatamente após conclusão do ensino médio. (RIO DE JANEIRO, 2013 p. 127)

Novamente, encontramos a necessidade de inserir o jovem precocemente no mercado de trabalho e, mais, a necessidade de reformar o Ensino Médio para moldá-lo às necessidades do mundo do trabalho. As palavras mundo e mercado se misturam na redação desses “acordos”. Como resultados esperados da proposta constam: diminuir a evasão, inovação da proposta curricular, um ensino profissionalizante diferenciado, ampliação do tempo do aluno na escola e o atendimento dos interesses dos jovens.

Uma retórica que nos faz lembrar, recentemente, a reforma do Ensino Médio. Defendemos que essa reforma levada às vias de fato no Governo golpista de Michel Temer (2016-2018) com a Medida Provisória 746/2016 convertida na Lei 13415/2017 já vem sendo desenhada desde o início do século XXI com o apoio de grandes grupos empresariais, que se escondem atrás de uma pseudo-filantropia. Visto que não são as empresas que assumem essas parcerias e, sim, os seus institutos sociais “sem fins lucrativos”.

Essas associações atuam além do objetivo de formar profissionais para atender imediatamente as necessidades de suas cadeias produtivas, operam como aparelhos privados de hegemonia movendo-se no sentido de convencer de que as suas ideias para a educação são as melhores e, indo além, atuando também junto a outros grupos empresariais que fortemente influenciam a política educacional a nível federal.

Essas escolas funcionam como “vitrines” para as demais da rede e do Brasil, visto que gozam de recursos físicos e pedagógicos muito superiores às demais. Esses APHs atuam de forma isolada e combinada com outros, como veremos a seguir.

Fontes (2020, p.1) apresenta algumas “notas preliminares”, de acordo com as palavras da própria autora, sobre a ação desses APHs. “A ampliação do Estado a partir de entidades empresariais sem fins lucrativos-aparelhos privados de hegemonia - é positiva apenas para o capital, pois pavimenta seu avanço sobre os recursos públicos (educação, saúde, previdência)”

As OSCIPs que investem na educação fluminense fazem parte do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Vejamos como esse grupo se descreve no seu site [\[1\]](#):

A organização compreende investimento social privado com o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos ou organizações sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público. (GIFE, s/d)

São muitos os associados do GIFE, além do Instituto Claro, GPA e a Oi Futuro, presentes em nossa pesquisa, alguns outros bastante renomados se fazem presentes, entre eles: Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco, Fundação Banco do Brasil, Instituto Unibanco e inúmeros outros.

De acordo com Martins (2013), Shiroma (2018) desde o começo do século XXI, alguns empresários começaram a investir em setores públicos com o pressuposto de aumento de qualidade de acordo com “a nova gestão pública” aqui implementada no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Assim surge o Movimento Todos pela Educação (2006) e, mais recente, o Todos pela Base (2022), esses movimentos reunidos conseguiram implementar mudanças significativas no currículo da educação básica encontrando o seu auge na Reforma do Ensino Médio, em 2017, e têm em comum alguns dos APHs já citados.

Para Fontes (2020) a categoria “aparelho de hegemonia” é a que mais abriga essas associações, ONG’S, OSCIPS, terceiro setor. “Todas as formas associativas - populares ou empresariais - nascem em terrenos de lutas, intra e entre classes, essa correlação é fundamental para identificarmos fios que se entrelaçam no extenso novelo de APHs, que é profundamente desigual.” (FONTES, 2020, p. 24)

No relatório Institucional da Oi Futuro [\[2\]](#) encontramos mais indícios do seu

enraizamento na esfera pública. A OSCIP atua na produção de material didático para as diversas redes pelo país, no treinamento de professores e reforça a sua atuação junto a outros APHs.

No âmbito das parcerias institucionais, o Oi Futuro integrou pelo segundo ano consecutivo a Frente Currículo e Ensino Médio, liderada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), em conjunto com outros institutos e fundações privadas com o propósito de oferecer apoio técnico para as redes estaduais de educação do país na implementação de novos currículos alinhados à BNCC do Ensino Médio. (OI FUTURO, 2021, p.1)

O GIFE, do qual a Oi Futuro faz parte, teve a sua institucionalização no ano de 1995 quando ganhava força no Brasil a participação do empresariado nos mais diversos setores sociais no bojo da Reforma do Aparelho do Estado, o que reforça a nossa posição de que a ação desses APHs é pontual, combinada e fortemente sistematizada.

Considerações finais

As ações dos APHs na educação fluminense vão ao encontro dos interesses mais amplos do empresariado nacional. O discurso de que o público e o privado podem somar esforços para melhorar a qualidade da educação é apenas um pano de fundo para os objetivos maiores que são de domínio sobre o que é ensinado nas escolas de forma a atender aos interesses imediatos e de longo prazo desses grupos hegemônicos. A consequência é o enfraquecimento da escola como espaço de luta e formação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? - múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia capitalista. *Revista Marx e o Marxismo*, v.8, n.14, jan. /jun., 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira-8ª edição; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento “Todos pela Educação”**: um projeto de nação

para a educação brasileira. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado), Campinas, SP, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política:** livro1/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. -35° Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

OI FUTURO. Relatório Institucional 2021. Disponível em: <https://oifuturo.org.br/wp-content/uploads/2018/10/INSTITUTO-TELEMAR-DC-PUBLICA%C3%87%C3%83O-2021.pdf> Acesso em: 23/02/2023

RIO DE JANEIRO (ESTADO). SEEDUC. Processo n. ° E- 03/07187/2007. Convênio de Cooperação Técnica. (Instituto Telemar). Volume I. Disponível em: https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_ace Acesso em: 31/08/2022.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). SEEDUC. Processo n. ° E-03/013873/2008. Termo de Cooperação para a implantação de uma escola de Ensino Médio Integrado. Disponível em: https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_ace Acesso em: 31/08/2022

RIO DE JANEIRO (ESTADO). SEEDUC. Processo n. ° E-03/001/10330/2013. Convênio entre SEEDUC, Instituto Embratel, Fundação Assistencial Xuxa Meneguel com a interveniência da Empresa Brasileira de Telecomunicações. (EMBRATEL). Disponível em: https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_ace Acesso em: 31/08/2022

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. *Momento: diálogos em educação*, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n.2, p. 88-106, mai. /ago, 2018.

[1] GIFE. Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/> Acesso em: 27/03/2023

[2] . Oi Futuro. Disponível em: <https://oifuturo.org.br/wp-content/uploads/2018/10/INSTITUTO-TELEMAR-DC-PUBLICA%C3%87%C3%83O-2021.pdf> Acesso em: 23/02/2023